

Demonstrações Financeiras

Paranaguá Saneamentos S.A.

31 de dezembro de 2022
com Relatório do Auditor Independente

Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2022

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	1
---	----------

Demonstrações financeiras

Balanço patrimonial	6
Demonstração do resultado	7
Demonstração do resultado abrangente	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstração do fluxo de caixa	10

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

1. Informações sobre a Companhia.....	11
2. Políticas contábeis	11
3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas	29
4. Caixa e equivalentes de caixa	30
5. Contas a receber e outros recebíveis	30
6. Intangível e ativo de contrato.....	31
7. Fornecedores e outras contas a pagar	33
8. Empréstimos e financiamentos.....	33
9. Debêntures.....	35
10. Provisão para perdas com causas judiciais	36
11. Capital social.....	37
12. Gerenciamento do capital.....	37
13. Instrumentos financeiros	38
14. Imposto de renda e contribuição social diferidos	43
15. Receita operacional líquida	44
16. Custos e despesas.....	44
17. Receitas financeiras e despesas financeiras	45
18. Partes relacionadas.....	45
19. Seguros.....	46
20. Compromissos	46

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos administradores e acionistas da
Paranaguá Saneamento S.A.
Paranaguá - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Paranaguá Saneamento S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. O assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre o assunto. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação ao principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Capitalização de gastos no ativo intangível

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui registrado ativo intangível da concessão no montante consolidado de R\$ 244.084 mil, o qual é representado pela infraestrutura da concessão.

Os contratos de concessões representam o direito de exploração da infraestrutura, em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão/ IFRIC 12 – Contratos de Concessão, que prevê a obrigação de construir e/ou operar a infraestrutura (ativo intangível da concessão) para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas em contrato. Os ativos de contrato referem-se aos ativos intangíveis de concessão ainda em construção que são transferidos para a rubrica ativo intangível quando entram em operação. Os ativos intangíveis de concessão são recebidos através da cobrança de tarifa aos usuários dos serviços prestados. Os critérios de reconhecimento desses valores investidos na infraestrutura estão divulgados na Nota 6.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista o negócio em que a Companhia está inserida e a modelagem dos contratos de concessão com os Poderes Concedentes, requer que a Companhia efetue investimentos relevantes na infraestrutura da concessão, os quais são classificados como ativo intangível. As capitalizações no ativo intangível envolvem a utilização de premissas e um grau de julgamento elevado, e consequentemente podem ser registradas por valores incorretos ou indevidamente capitalizados.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria para confirmar o adequado registro e controle destes ativos incluíram, dentre outros: (i) realização de testes documentais sobre as adições ao ativo intangível, incluindo a verificação de notas fiscais, contratos; e (ii) avaliação da natureza dos gastos capitalizados e sua elegibilidade à capitalização.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da diretoria, consideramos aceitáveis os critérios de capitalização no ativo intangível, assim como as respectivas divulgações em notas explicativas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Responsabilidades da diretoria pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de março de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC-SP034519/O



Lázaro Angelim Serruya
Contador CRC - DF015801/O

Paranaguá Saneamento S.A.



Balanço patrimonial Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

Ativo	Nota	2022	2021	Passivo	Nota	2022	2021
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	92.497	124.625	Fornecedores e outras contas a pagar	7	8.750	7.723
Contas a receber e outros recebíveis	5	8.056	8.984	Empréstimos e financiamentos	8	1.549	2.059
Impostos e contribuições a recuperar		2.077	999	Passivo de arrendamento		265	270
Outros ativos		2.883	1.754	Debêntures	9	85.335	37.154
Total do ativo circulante		105.513	136.362	Obrigações fiscais		1.995	1.419
				Outras obrigações		2.774	2.371
Não circulante				Total do passivo circulante		100.668	50.996
Realizável a longo prazo				Não circulante			
Impostos e contribuições a recuperar		301	-	Fornecedores e outras contas a pagar	7	424	424
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	22.554	14.280	Empréstimos e financiamentos	8	146.347	131.172
Outros ativos		988	968	Passivo de arrendamento		-	984
Total do realizável a longo prazo		23.843	15.248	Debêntures	9	238.924	275.633
				Provisão para perdas com causas judiciais	10	737	576
Imobilizado		863	1.507	Total do passivo não circulante		386.432	408.789
Ativos de direito de uso		262	1.195				
Intangível e ativo de contrato	6	348.442	313.701	Patrimônio líquido			
Total do ativo não circulante		373.410	331.651	Capital social	11	28.236	28.236
				Prejuízos acumulados		(36.413)	(20.008)
Total do ativo		478.923	468.013	Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		(8.177)	8.228
				Total do passivo		487.100	459.785
				Total do passivo e patrimônio líquido		478.923	468.013

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	2022	2021
Receita operacional líquida	15	128.601	128.601
Custo dos serviços prestados	16	(84.226)	(87.340)
Lucro bruto		44.375	41.261
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas comerciais, administrativas e gerais	16	(20.785)	(17.366)
Outras receitas líquidas		9	219
		(20.776)	(17.147)
Lucro antes do resultado financeiro, líquido		23.599	24.114
Receitas financeiras	17	13.276	5.905
Despesas financeiras	17	(61.550)	(25.141)
Despesas financeiras líquidas		(48.274)	(19.236)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(24.675)	4.878
Imposto de renda e contribuição social correntes	14	(4)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	8.274	(1.797)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		(16.405)	3.081
Resultado por ação - básico (em Reais)		(0,580993)	0,109115

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Paranaguá Saneamento S.A.



Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	2022	2021
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	<u>(16.405)</u>	<u>3.081</u>
Resultado abrangente total	<u><u>(16.405)</u></u>	<u><u>3.081</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2021	11	28.236	(23.089)	5.147
Lucro líquido do exercício		-	3.081	3.081
Saldos em 31 de dezembro de 2021	11	28.236	(20.008)	8.228
Prejuízo do exercício		-	(16.405)	(16.405)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	11	28.236	(36.413)	(8.177)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(24.675)	4.878
Ajustes para:			
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	16	2.084	(2.088)
Depreciação e amortização	6	13.340	12.172
Baixa de ativo de direito de uso e passivo de arrendamento		(81)	-
Provisão (reversão) para perdas com causas judiciais	10	161	(222)
Juros sobre atualização do contas a receber e outros recebíveis	17	(2.076)	(1.635)
Juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento	17	57.752	23.615
		46.505	36.720
Variações em:			
Redução (aumento) em contas a receber e outros recebíveis	5	(118)	82
Redução (aumento) em impostos e contribuições a recuperar		(1.379)	379
Aumento em outros ativos		(1.149)	(132)
Aumento (redução) em fornecedores e outras contas a pagar	7	1.027	(1.731)
Aumento em outras obrigações		403	776
Aumento em obrigações fiscais		576	456
		45.865	36.550
Juros recebidos sobre atualização do contas a receber outros recebíveis		1.038	818
Imposto de renda e contribuição social pagos		(4)	-
Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento	8 b	(17.320)	(16.291)
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais		29.579	21.077
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisições de ativo imobilizado		-	(376)
Aquisições de ativo intangível e ativo de contrato	6	(47.107)	(25.347)
Fluxo de caixa usado nas atividades de investimentos		(47.107)	(25.723)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Debêntures e partes relacionadas tomadas	8 b	20.000	40.000
Custo de transação na emissão de debêntures	8 b	-	(228)
Pagamentos de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento	8 b	(34.600)	(18.139)
Fluxo de caixa proveniente das (usado nas) atividades de financiamentos		(14.600)	21.633
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa		(32.128)	16.987
Demonstração do caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	4	124.625	107.638
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	4	92.497	124.625

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Informações sobre a Companhia

1.1. Operações gerais

A Paranaguá Saneamento S.A. “Companhia”, está localizada na Avenida Vieira dos Santos, nº 333, na cidade de Paranaguá, estado do Paraná.

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram autorizadas para emissão pela Administração em 31 de março de 2023.

1.2. Contexto operacional

A Companhia tem como objeto social a prestação de serviços públicos de saneamento básico de água e esgotamento sanitário, compreendendo a captação de água para abastecimento, sua distribuição, operação, conservação e manutenção, além da coleta, tratamento e exploração de esgotos.

A Companhia iniciou suas atividades em 30 de dezembro de 1996 com a assinatura do Contrato de Subconcessão da gestão integrada dos sistemas e serviços de saneamento básico de água e de esgoto sanitário no perímetro urbano da cidade de Paranaguá - Paraná. Em maio de 2008, o controle foi adquirido pela Iguá Saneamento S.A, juntamente com o Contrato de Subconcessão. Em novembro de 2011, o contrato de Subconcessão foi alterado e seu prazo aditado em 240 meses, portanto, a Companhia vai operar o sistema até 2045.

1.3. Impactos causados pela pandemia da COVID-19

Embora o exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 seja o segundo ano pós impactos trazidos pela pandemia do Covid-19, os seus efeitos financeiros e econômicos ainda continuam apesar de gradualmente em declínio. Embora de alguma forma não ter sofrido alterações, eventuais mudanças adicionais nas estimativas podem refletir na mensuração dos ativos e passivos podem ser necessárias. A Companhia avaliou e considera que não ocorreram impactos materiais em suas operações em virtude dos reflexos da pandemia COVID-19 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

2. Políticas contábeis

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais do Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, além de considerarem os pronunciamentos, orientações

e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e pelas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo quando requeridos pelas normas.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2. Mensuração ao valor justo

A Companhia mensura instrumentos financeiros, como por exemplo, aplicações financeiras para gestão diária do caixa e maximização do fluxo de caixa com base nas vendas, ao valor justo na data das demonstrações financeiras.

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.

- Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável.
- Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação.

Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas.

2.3. Receita de contrato com cliente

a) Serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto

A receita de serviços é apurada em conformidade com o regime contábil de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

As receitas de serviços decorrem do fornecimento de água e serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário. As receitas ainda não faturadas, correspondente à última leitura até a data de apresentação das demonstrações financeiras, representam receitas incorridas e são reconhecidas com base em estimativas mensais dos serviços completados.

A Companhia reconhece a receita quando: (i) identifica os contratos com os clientes; (ii) identifica as diferentes obrigações do contrato; (iii) determina o preço da transação; (iv) aloca o preço da transação às obrigações de performance dos contratos; e (v) satisfaz todas as obrigações de desempenho. Os valores a receber em disputa judicial são reconhecidos quando são recebidos.

A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se à prestação de serviço de instalações de hidrômetros e ligação e religação de água e é reconhecida no período no qual os serviços são prestados.

b) Contratos de concessão de serviços e construção

A receita de construção é reconhecida de acordo com o ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão e CPC 47 (R1) - Receita de Contrato com Cliente, na medida em que todas as obrigações de desempenho sejam satisfeitas ao longo do tempo. Durante a fase de construção, o ativo é classificado como um ativo intangível.

A Companhia reconhece um ativo intangível à medida em que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. Esse direito não constitui direito incondicional de receber caixa porque os valores são condicionados à utilização do serviço pelo público.

A Companhia estima que a receita de construção de seus ativos intangíveis relativo à construção seja equivalente ao custo esperado mais margem e julga tal margem irrelevante, considerando-a zero. Portanto, esta receita de construção é mensurada sem adicional de margem sobre o custo de construção.

c) Receita de serviços de operação

A Companhia reconhece a receita de serviços de operação por operar e manter a infraestrutura do contrato de concessão quando satisfaz todas as obrigações de desempenho.

A Companhia satisfaz sua obrigação de desempenho conforme os serviços são prestados, por ocasião da manutenção, serviços auxiliares, pelo tratamento e disposição final do lodo gerado e demais serviços executados em conformidade com as normas e padrões exigidos pelo poder concedente da concessão em que opera.

2.4. Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Juros sobre conta a receber de clientes, aplicações financeiras e impostos a recuperar;
- Despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures;
- Despesas com debêntures de partes relacionadas;
- Outras receitas e despesas financeiras.

As receitas e as despesas financeiras são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

2.5. Tributos

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício que está sendo reportado em que a Companhia gera lucro tributável.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido,

e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que esteja relacionado a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas no resultado como despesa de imposto de renda e contribuição social diferido.

Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias da Companhia e ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis da Companhia, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não compensados possam ser utilizados.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando o ativo for realizado ou o passivo for liquidado, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

Ativos e passivos fiscais diferidos são apresentados em base líquida, se, e somente se, estiverem relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela (i) mesma autoridade tributária; ou (ii) nas entidades tributáveis diferentes que pretendem realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

c) Tributos sobre a venda

Despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto:

- Quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos tributos sobre vendas; e
- Quando o valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

A Companhia reconhece ativos e passivos diferidos de tributos incidentes sobre a receita de construção e receita de ativo financeiro e recuperáveis sobre o custo de construção com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando o ativo for realizado ou o passivo for liquidado, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

2.6. Distribuição de lucros

A Companhia reconhece um passivo para pagamento de dividendos quando essa distribuição é autorizada e deixa de ser uma opção da empresa ou, ainda, quando previsto em Lei. Conforme a legislação societária vigente, uma distribuição é autorizada quando aprovada pelos acionistas e o montante correspondente é diretamente reconhecido no patrimônio líquido. A legislação societária estabelece ainda o requerimento de pagamento de um dividendo mínimo obrigatório, após efetuados os ajustes ao lucro auferido no exercício e destinação das reservas também previstas no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

Distribuições sem desembolso de caixa são mensuradas ao valor justo dos ativos a serem distribuídos, sendo a mensuração ao valor justo reconhecida diretamente no patrimônio líquido.

No momento da distribuição de ativos sem desembolso de caixa, eventual diferença entre o valor contábil do passivo e o valor contábil do ativo distribuído é reconhecida na demonstração do resultado.

2.7. Imobilizado

a) Reconhecimento e mensuração

A Companhia considera como ativo imobilizado, somente os bens que estão em seu poder e podem ser a quaisquer momentos negociados sem prévia autorização do poder concedente da concessão em que opera.

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Em casos de substituição de partes que resultam em aumento da vida útil, o custo é reconhecido no valor contábil do ativo imobilizado como substituição e os ativos substituídos são baixados. Todos os demais custos de manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

b) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

c) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado e não ultrapassa o prazo final da concessão.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Benfeitorias em imóveis de terceiros	25 anos
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Computadores e periféricos	5 anos
Veículos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

2.8. Intangível

a) Reconhecimento e mensuração

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que tem vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment).

b) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

c) Amortização

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. A amortização é geralmente reconhecida no resultado e não ultrapassa o prazo final da concessão.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

2.9. Ativos de contrato

Na adoção do CPC 47/IFRS 15, a Companhia optou por adotar a norma na data da aplicação inicial como ajuste ao saldo de abertura, considerando somente os contratos abertos anteriores à data de aplicação. A norma estabelece que uma Companhia deve reconhecer a receita para representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. Portanto, a Companhia reconhece a receita somente quando (ou se) a obrigação de performance for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de determinada operação são efetivamente transferidos ao cliente.

A norma também determina que quando a Companhia concluir a performance por meio da transferência de bens ou serviços ao cliente antes do pagamento da contraprestação ou antes que o pagamento seja devido, a Companhia deve apresentar este direito como ativo de contrato. O ativo de contrato é definido pela norma como o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente quando esse direito está condicionado a algo além da passagem do tempo como por exemplo o seu desempenho futuro.

2.10. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro para a Companhia e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra Companhia.

a) Ativos financeiros

i) *Reconhecimento inicial e mensuração*

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47. Vide políticas contábeis na Nota 2.3 - Receita de contrato com cliente.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como se gerencia os ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

ii) *Mensuração subsequente*

Para fins de mensuração subsequente, a Companhia classifica os ativos financeiros na categoria de mensurados ao valor justo por meio do resultado e na categoria de custo amortizado.

Ativos financeiros ao custo amortizado

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as condições forem atendidas: (i) dentro do modelo de negócios o objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos à redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem as contas a receber de clientes.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Essa categoria contempla as aplicações financeiras para gestão diária do caixa.

iii) Desreconhecimento

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou quando a Companhia nem transferiu e nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

iv) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia).

Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base.

A Companhia considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 180 dias. No entanto, em certos casos, a Companhia também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplemento quando informações internas ou externas indicam ser improvável a Companhia receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela

Companhia. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

b) Passivos financeiros

i) *Reconhecimento inicial e mensuração*

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis ou contas a pagar, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos.

ii) *Mensuração subsequente*

Para fins de mensuração subsequente, a Companhia classifica os passivos financeiros na categoria de empréstimos e recebíveis.

Custo amortizado

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

iii) *Desreconhecimento*

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

c) Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia houver um direito legalmente executável de compensar os valores e se houver a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.11. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição que não excede o valor de mercado.

2.12. Perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base no Plano de Negócio. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de 5 anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não ultrapasse o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Esta reversão é reconhecida no resultado.

2.13. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez e vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

2.14. Provisões

a) Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

b) Provisão para perdas com causas judiciais

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.15. Benefícios a empregados

a) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

b) Plano de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível. A Companhia não possui benefícios pós emprego.

2.16. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

2.17. Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, conforme abaixo:

- Imóveis: 5 anos
- Veículos e equipamentos: 5 anos

Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Vide políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros na Nota 2.12.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir a arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

2.18. Custos de empréstimos e financiamentos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia relativos ao empréstimo.

2.19. Classificação circulante versus não circulante

O Grupo apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: (i) Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; (ii) Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; (iii) Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e (iv) É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: (i) Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade; (ii) Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; (iii) Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e (iv) A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

2.20. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2022 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Alterações no CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1).

As alterações aos pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias entre 2018 e 2020, tais como:

- Contrato Oneroso – custos de cumprimento de contrato;
- Ativo imobilizado – vendas antes do uso pretendido; e
- Referências à Estrutura conceitual.

A vigência dessas alterações deve ser estabelecida pelos órgãos reguladores que o aprovarem, sendo que, para o pleno atendimento às normas internacionais de contabilidade, a entidade deve aplicar essas alterações nos períodos anuais com início em, ou após, 1º de janeiro de 2022.

A Companhia analisou as emendas às normas contábeis no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e até o momento não identificou impactos em suas políticas operacionais e contábeis a serem adotados retrospectivamente ou no início do exercício de 2022.

2.21. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

IFRS 17 - Contratos de seguro

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (CPC 50 - Contratos de Seguro que substituiu o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Uma vez que a Companhia não emite ou emitiu contratos de seguro, nem detém contratos de resseguro, esta norma não é aplicável.

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, as alterações não representam impacto nas operações da Companhia.

Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além

disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

A Companhia está atualmente revisitando as divulgações das políticas contábeis para confirmar que estão consistentes com as alterações requeridas.

Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação

Em maio de 2021, o Conselho divulgou alterações ao IAS 12, que restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial sob o IAS 12, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais.

As alterações devem ser aplicadas a transações que ocorram nos períodos anuais com início em, ou após o mais antigo período comparativo apresentado. Além disso, no início do mais antigo período comparativo apresentado, um imposto diferido ativo (desde que haja um lucro tributável suficiente disponível) e um imposto diferido passivo também devem ser reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas a arrendamentos e obrigações de desmantelamento.

A Companhia está atualmente avaliando o impacto dessas alterações.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

a) Julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

b) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- i. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros – Nota 6;
- ii. Provisão para perdas de ativos financeiros (provisão para perdas de créditos esperadas) – Nota 5;
- iii. Provisões para perdas de causas judiciais – Nota 10;

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Taxa média de remuneração	2022	2021
Caixa			
Caixa		1	6
Saldo bancário		815	3.843
Equivalentes de caixa			
Certificado de depósito bancário	4,34% 2021	-	35.285
Fundos de investimento	12,81% 2022 e 4,75% 2021	91.681	85.491
Total		92.497	124.625

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo, aos investimentos estratégicos da Companhia, podendo ainda serem utilizados para outros fins. Os valores mantidos em caixa e equivalentes de caixa são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações.

5. Contas a receber e outros recebíveis

	Nota	2022	2021
Contas a receber de saneamento e serviços		18.332	17.297
Direitos a faturar		4.005	3.871
(-) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa		(14.554)	(12.470)
		7.783	8.698
Operações mensais - Partes relacionadas	18	1	-
Outros		272	286
		273	286
Total		8.056	8.984

A composição por vencimento dos recebíveis de clientes é como segue:

	2022	2021
A vencer	7.418	6.233
Vencidos até 30 dias	2.223	2.733
Vencidos entre 31 e 60 dias	486	777
Vencidos entre 61 e 90 dias	219	346
Vencidos entre 91 e 120 dias	169	281
Vencidos entre 121 e 150 dias	125	230
Vencidos entre 151 e 180 dias	110	735
Vencidos acima de 181 dias	11.587	9.833
Total	22.337	21.168

Os valores acima apresentados na composição por vencimento dos recebíveis de clientes não contemplam as perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, o montante de partes relacionadas e outros. O movimento nas perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa em relação ao contas a receber e outros recebíveis durante o exercício é como segue:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

Saldo em 1º de janeiro de 2021	14.558
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa reconhecida	1.871
Reversão das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(3.959)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	12.470
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa reconhecida	8.480
Reversão das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(6.396)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	14.554

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não houve baixas de perdas efetivas de recebíveis de clientes.

É constituído provisão do saldo de contas a receber com base no modelo de perdas esperadas.

6. Intangível e ativo de contrato

a) Valor contábil

	Intangível ICPC 01 (R1) (i)	Ativo de contrato (obras em andamento)	Outorga concessão (ii)	Software	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2021	232.237	7.805	26.907	160	267.109
Adições	13.640	44.242	-	1	57.883
Transferências	3.904	(3.904)	-	-	-
Amortização	(10.122)	-	(1.091)	(78)	(11.291)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	239.659	48.143	25.816	83	313.701
Adições	-	47.045	-	62	47.107
Transferências	15.650	(15.650)	-	-	-
Baixas	(853)	-	-	-	(853)
Amortização	(10.372)	-	(1.091)	(50)	(11.513)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	244.084	79.538	24.725	95	348.442

(i) Intangível ICPC 01 (R1) / IFRIC 12

	Taxa média de amortização % a.a. (*)	2021		2022		
		Custo total	Adição	Baixas	Transferência	Custo total
Benfeitorias em imóveis de terceiros	De 4 a 7	70.807	-	-	1.195	72.002
Rede de Esgoto	De 4 a 6	206.779	-	-	4.671	211.450
Rede de Água	De 4 a 5	59.950	-	-	8.451	68.401
Máquinas, aparelhos e equipamentos	De 10 a 14	3.385	-	-	1.333	4.718
Custo de empréstimos	De 4 a 5	1.553	-	-	-	1.553
Outros		853	-	(853)	-	-
Total		343.327	-	(853)	15.650	358.124
Amortização		(103.668)	(10.372)	-	-	(114.040)
Total		239.659	(10.372)	(853)	15.650	244.084

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Taxa média de amortização % a.a. (*)	2020	2021		
		Custo	Adições	Transferência	Custo total
Benfeitorias em imóveis de terceiros	De 4 a 7	70.497	267	43	70.807
Rede de Esgoto	De 4 a 6	198.040	6.593	2.146	206.779
Rede de Água	De 4 a 5	52.609	5.644	1.697	59.950
Máquinas, aparelhos e equipamentos	De 10 a 14	2.231	1.136	18	3.385
Custo de empréstimos	De 4 a 5	1.553	-	-	1.553
Outros		853	-	-	853
Total		325.783	13.640	3.904	343.327
Amortização		(93.546)	(10.122)	-	(103.668)
Total		232.237	3.518	3.904	239.659

(*) Os prazos de amortização não excedem os prazos das concessões.

(ii) Outorga de Concessão

Refere-se ao direito de exploração de contrato de concessão adquirido de terceiro.

Operação com concessão	Prazo final da concessão	Prazo remanescente -anos	Saldo em 2022	Saldo em 2021
Paranaguá Saneamento S.A.	2045	23	39.549	39.549
Amortização acumulada			(14.824)	(13.733)
Total líquido			24.725	25.816

b) Amortização

O ativo intangível, registrado na rubrica intangível ICPC 01 (R1), refere-se exclusivamente a capitalização gastos com construções e melhorias na infraestrutura. A amortização ocorre de forma linear, considerando como início da amortização a data de aquisição do bem ou a data de término das obras.

c) Teste por redução ao valor recuperável

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia realizou teste para avaliação do valor recuperável dos ativos intangíveis em virtude da aprovação do Plano de Negócio 22-26 em reunião ordinária do Conselho de Administração realizada em 15 de dezembro de 2021.

O valor recuperável dos ativos intangíveis foi baseado no valor em uso sendo o fluxo de caixa estimado pela Administração, descontado pela taxa WACC calculada com base em premissas de mercados comparáveis.

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada por um período até o término do contrato de concessão. As projeções de crescimento do fluxo foram efetuadas em termos nominais.

As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são:

- **Receitas** - as receitas foram projetadas entre 2023 e o término do período de concessão, considerando os ajustes tarifários ordinário e extraordinário, aumento do volume faturado em função de investimentos em produção de água, coleta e tratamento de esgoto, crescimento vegetativo previstos no plano de negócio da Companhia.
- **Custos e despesas operacionais** - os custos e despesas foram projetados a partir do desempenho histórico das operações combinado com o plano de negócios de longo prazo da Companhia.
- **Taxa de desconto** - representam a avaliação de riscos no atual mercado, levando em consideração o valor do dinheiro pela passagem do tempo e os riscos individuais dos ativos relacionados que não foram incorporados nas premissas incluídas no modelo de fluxo de caixa. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados por taxas de desconto nominais de 9%.

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

A Companhia não apresentou necessidade de provisão para perda, visto que o valor recuperável estimado foi superior ao valor líquido contábil na data da avaliação.

7. Fornecedores e outras contas a pagar

	Nota	2022	2021
Fornecedores diversos		8.025	6.542
Operações mensais - partes relacionadas	18	507	424
Outras contas a pagar		642	1.181
		9.174	8.147
Circulante		8.750	7.723
Não circulante		424	424
Total		9.174	8.147

8. Empréstimos e financiamentos

Linha de Crédito	Nota	Indexador	Juros médios		2022	2021
			a.a. (%) (*)	Vencimento		
Financiamento BNDES – partes relacionadas	18	TJLP	11,00	2024	2.980	5.024
Mútuos - partes relacionadas	18	CDI	16,39	2024	144.931	128.239
					147.911	133.263
(-) Custo de transação				2024	(15)	(32)
Circulante					1.549	2.059
Não circulante					146.347	131.172
Total					147.896	133.231

(*) Os juros médios incorporam os juros fixos e a estimativa do indexador de referência na data do fechamento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

O financiamento junto ao BNDES é garantido por fiança bancária.

a) Termos e cronograma de amortização da dívida

31 de dezembro de 2022	Valor contábil	12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses
Financiamento BNDES – partes relacionadas (*)	2.980	1.560	1.420	-
Mútuos - partes relacionadas	144.931	-	144.931	-
Total	147.911	1.560	146.351	-

31 de dezembro de 2021	Valor contábil	12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses
Financiamento BNDES -partes relacionadas (*)	5.024	2.076	1.538	1.410
Mútuos - partes relacionadas	128.239	-	-	128.239
Total	133.263	2.076	1.538	129.649

(*) O montante apresentado não contempla o impacto dos custos de transação.

b) Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrente de atividade de financiamento

	Empréstimos e financiamentos	Arrendamento	Debêntures	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2021	126.641	1.499	257.639	385.779
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Emissão de debêntures	-	-	40.000	40.000
Custo de transação na emissão debêntures	-	-	(228)	(228)
Amortização de principal	(3.106)	(245)	(14.788)	(18.139)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(3.106)	(245)	24.984	21.633
Outras variações				
Custo de transação	23	-	482	505
Juros capitalizados (*)	-	-	31.239	31.239
Custo de transação capitalizados (*)	-	-	1.297	1.297
Provisão de juros	10.108	133	12.869	23.110
Pagamento de juros	(435)	(133)	(15.723)	(16.291)
Total de outras variações	9.696	-	30.164	39.860
Saldo em 31 de dezembro 2021	133.231	1.254	312.787	447.272
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Emissão de debêntures	-	-	20.000	20.000
Amortização de principal	(2.065)	(305)	(32.230)	(34.600)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(2.065)	(305)	(12.230)	(14.600)
Outras variações				
Arrendamento	-	393	-	393
Baixa de arrendamento	-	(1.077)	-	(1.077)
Provisão de juros	17.030	84	40.638	57.752
Pagamento de juros	(300)	(84)	(16.936)	(17.320)
Total de outras variações	16.730	(684)	23.702	39.748
Saldo em 31 de dezembro 2022	147.896	265	324.259	472.420

(*) Juros e custo de transação capitalizados sobre as debêntures, nota explicativa 9.

c) Cumprimento de cláusula contratual restritiva (covenants)

Os índices financeiros são verificados com base nas datas bases estipuladas nos contratos firmados pela Companhia e os respectivos agentes. A administração acompanha os cálculos destes índices periodicamente a fim de verificar indícios de não cumprimento dos termos contratuais. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia cumpriu integralmente todas as cláusulas restritivas.

9. Debêntures

Juros médios					
Linha de crédito	Indexador	a.a. (%) (*)	Vencimento	2022	2021
Debêntures 2ª emissão	IPCA	11,89	2030	271.709	289.020
Debêntures 3ª emissão	CDI	16,39	2023	46.905	40.141
Debêntures 4ª emissão	CDI	16,39	2024	20.093	-
				338.707	329.161
(-) Custo de transação			2030	(14.448)	(16.374)
Circulante				85.335	37.154
Não circulante				238.924	275.633
Total				324.259	312.787

Cumprimento de cláusula contratual restritiva (covenants)

O índice financeiro utilizado é a dívida líquida sobre o EBITDA ajustado verificado com base nas datas estipuladas nos contratos firmados entre a Companhia e os respectivos agentes. A Administração acompanha os cálculos deste índice periodicamente a fim de verificar indícios de não cumprimento dos termos contratuais. Os índices financeiros devem ser observados, conforme abaixo:

Deverá ser inferior ou igual (a) 4,75x durante os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021; (b) 3,75x durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e (c) 3,50x de 31 de dezembro de 2024 até o final da vigência.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia cumpriu integralmente todas as cláusulas restritivas.

As debêntures possuem os seguintes vencimentos:

	Valor	12	13 a 24	25 a 36	37 a 48	49 a 60	61 a 91
31 de dezembro de 2022	contábil	meses	meses	meses	meses	meses	Meses
Debêntures (*)	338.707	87.261	53.144	33.050	33.050	33.050	99.152

	Valor	12	13 a 24	25 a 36	37 a 48	49 a 60	61 a 103
31 de dezembro de 2021	contábil	meses	meses	meses	meses	meses	Meses
Debêntures (*)	329.161	39.080	71.384	31.243	31.243	31.243	124.968

(*) O montante apresentado não contempla o impacto dos custos de transação.

Cronograma de amortização do custo de transação

A seguir é apresentado o montante de custos de transação das debêntures, a ser apropriado ao resultado em cada exercício subsequente:

31 de dezembro de 2022	Valor contábil	12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	61 a 91 Meses
(-) Custo de transação	14.448	1.926	1.926	1.926	1.926	1.926	4.818

31 de dezembro de 2021	Valor contábil	12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	61 a 103 Meses
(-) Custo de transação	16.374	1.926	1.926	1.926	1.926	1.926	6.744

10. Provisão para perdas com causas judiciais

A avaliação da probabilidade de perda em ações, assim como a apuração dos montantes envolvidos, foi realizada considerando-se os pedidos dos reclamantes, a posição jurisprudencial acerca das matérias e a opinião dos consultores jurídicos. A Companhia considera existir riscos classificados como prováveis. A movimentação é como segue:

	Cíveis	Trabalhistas	Ambientais	Total
Saldo em 1º janeiro de 2021	56	726	16	798
Adições	10	155	-	165
Baixas/reversões	(54)	(333)	-	(387)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	12	548	16	576
Adições	142	370	-	512
Baixas/reversões	(1)	(350)	-	(351)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	153	568	16	737

As contingências passivas não reconhecidas nas demonstrações financeiras são de natureza cível, trabalhista e ambiental, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, somaram o montante de R\$15.868 em 31 de dezembro de 2022 (R\$15.825 em 31 de dezembro de 2021). Nenhuma provisão foi constituída para tais contingências tendo em vista que as práticas contábeis adotadas na preparação destas demonstrações financeiras não requerem sua contabilização.

Abaixo descrevemos os processos relevantes avaliados como sendo de risco possível:

Existe um processo estimado em R\$10.000. Trata-se de ação civil pública inicialmente ajuizada contra o município de Paranaguá, a agência reguladora municipal (CAGEPAR) e a concessionária dos serviços públicos de saneamento básico, com pedido de condenação à reparação civil por supostos danos ambientais e pagamento de dano moral coletivo. Os autores iniciais abandonaram extraoficialmente a causa e a União Federal, o Ministério Público Federal e Estadual assumiram a condução do processo. Houve a produção de laudo pericial ambiental favorável à concessionária,

cuja autoria foi impugnada pela União Federal em razão de suspeição do perito judicial, o que motivou a suspensão da ação civil pública. Exceção de Suspeição foi julgada improcedente, em razão da preclusão quanto à questão e consequente intempestividade da exceção de suspeição. Foi concedido novo prazo para a apresentação de alegações finais, em razão do longo tempo de suspensão dos autos.

11. Capital social

a) Capital social

O capital social da Companhia, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 28.236 (R\$28.236 em 31 de dezembro de 2021), representado por 28.236.154 ações ordinárias, (28.236.154 em 31 de dezembro de 2021), nominativas, sem valor nominal, pertencentes aos seguintes acionistas:

	2022	2021
Iguá Saneamento S.A.	100%	100%

b) Reservas de lucros

Reserva legal

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, após a compensação de prejuízos acumulados.

Reserva de retenção de lucros

É destinada, quando aplicável, para os investimentos previstos no orçamento de capital para construção/melhoria do sistema de saneamento básico de água e esgotos sanitários, podendo também ser distribuída como dividendos aos acionistas.

c) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia não determina o dividendo mínimo obrigatório, consequentemente, a Companhia segue o que determina o art. 202 da Lei nº 6.404/76.

12. Gerenciamento do capital

A gestão de capital da Companhia é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os acionistas e o risco para acionistas e credores.

A dívida da Companhia para a relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	2022	2021
Total do passivo	487.100	459.785
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(92.497)	(124.625)
(=) Capital de terceiros líquido (A)	394.603	335.160
Total do patrimônio líquido (B)	(8.177)	8.228
Índice de alavancagem (A/B)	(48,26)	40,73

13. Instrumentos financeiros

a) Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo.

	Nota	Valor justo por meio do resultado		Ativo mensurado ao custo amortizado		Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	
		2022	2021	2022	2021	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	4	91.681	120.776	816	3.849	-	-
Contas a receber e outros recebíveis	5	-	-	8.056	8.984	-	-
Ativos financeiros		91.681	120.776	8.872	12.833	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	7	-	-	-	-	9.174	8.147
Empréstimos e financiamentos (*)	8	-	-	-	-	147.911	133.263
Passivo de arrendamento		-	-	-	-	265	1.254
Debêntures (*)	9	-	-	-	-	338.707	329.161
Passivos financeiros		-	-	-	-	496.057	471.825

(*) O montante apresentado não contempla o impacto dos custos de transação.

b) Mensuração do valor justo

O valor justo para o financiamento do BNDES é o registrado contabilmente uma vez que não existem instrumentos similares com vencimentos e taxas de juros comparáveis. Para os demais passivos financeiros, o valor justo que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os demais valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de dezembro de 2022.

c) Gerenciamento de riscos financeiros

A Companhia possui exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco de preço.

i) *Estrutura do gerenciamento de risco*

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e os gestores de cada área se reportam regularmente as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia que através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

ii) *Risco de crédito*

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso o cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Contas a receber e outros recebíveis

A Companhia tem atualmente recebíveis no segmento de saneamento.

Como principal mitigador ao risco de crédito no contrato de concessão, a Companhia detém o controle direto dos recebíveis e o fornecimento dos serviços e, além disso, existe cláusula contratual prevendo indenização em caso de renúncia do poder concedente, demonstrando o controle sobre os recebíveis.

Caixa e equivalentes de caixa

O risco de crédito proveniente do caixa e equivalentes de caixa é atenuado pelo fato de a Companhia manter seus saldos com bancos e instituição financeira consideradas de primeira linha. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foram:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	4	92.497	124.625
Contas a receber e outros créditos	5	8.056	8.984
Total		100.553	133.609

iii) *Risco de liquidez*

Risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado abaixo:

	Nota	2022	2021
Fornecedores e outras contas a pagar	7	9.174	8.147
Empréstimos e financiamentos (*)	8	147.911	133.263
Passivo de arrendamento		265	1.254
Debêntures (*)	9	338.707	329.161
Circulante		97.836	49.149
Não circulante		398.221	422.676
Total		496.057	471.825

(*) O montante apresentado não contempla o impacto dos custos de transação.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto dos acordos de compensação:

Não é esperado que os fluxos de caixa incluídos na análise de maturidade da Companhia possam ocorrer significativamente mais cedo, ou em valores diferentes.

	Valor	Fluxo de	12	13 a 24	25 a 36	37 a 48	49 a 60	61 a 91
31 de dezembro de 2022	contábil	caixa	meses	meses	meses	meses	meses	meses
Fornecedores e outras contas a pagar	9.174	9.174	8.750	424	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos (*)	147.911	191.161	1.825	189.336	-	-	-	-
Debêntures (*)	338.707	498.130	104.487	77.516	50.978	51.849	52.445	160.855
Total	495.792	698.465	115.062	267.276	50.978	51.849	52.445	160.855

	Valor	Fluxo de	12	13 a 24	25 a 36	37 a 48	49 a 60	61 a 103
31 de dezembro de 2021	contábil	caixa	meses	meses	meses	meses	meses	meses
Fornecedores e outras contas a pagar	8.147	8.147	7.723	424	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos (*)	133.263	167.187	2.491	1.770	162.926	-	-	-
Debêntures (*)	329.161	505.134	48.649	102.146	49.162	49.823	50.376	204.978
Total	470.571	680.468	58.863	104.340	212.088	49.823	50.376	204.978

(*) O montante apresentado não contempla o impacto dos custos de transação.

iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, tem nos resultados da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de taxa de juros

As operações da Companhia estão expostas a taxas de juros indexadas ao CDI, TJLP e IPCA.

Perfil

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

	Nota	2022	2021
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	4	91.681	120.776
Passivos financeiros			
Empréstimos e financiamentos (*)	8	147.911	5.024
Debêntures (*)	9	338.707	329.161
Total		486.618	334.185

(*) O montante apresentado não contempla o impacto dos custos de transação.

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Com base no saldo das aplicações financeiras, contas a receber, endividamento, no cronograma de desembolso e nas taxas de juros, a Companhia efetuou uma análise de sensibilidade de quanto teriam aumentado (reduzido) o patrimônio líquido e o resultado do exercício de acordo com as premissas a seguir. O cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas, e o cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Os efeitos em apreciação e depreciação nas taxas, são apresentados conforme as tabelas a seguir:

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - apreciação e depreciação das taxas

Instrumentos	Exposição em 2022	Risco	Cenários									
			Apreciação das taxas						Depreciação das taxas			
			Provável		Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%		Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%	
					%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros												
Aplicações financeiras	91.681	CDI	12,81	11.744	16,01	14.678	19,22	17.621	9,61	8.811	6,40	5.868
Total	91.681			11.744		14.678		17.621		8.811		5.868
Passivos financeiros												
Financiamento BNDES – partes relacionadas	(2.980)	TJLP	7,20	(215)	9,00	(268)	10,80	(322)	5,40	(161)	3,60	(107)
Empréstimos - mútuo	(144.931)	CDI	12,39	(17.957)	15,49	(22.450)	18,59	(26.943)	9,29	(13.464)	6,19	(8.971)
Debêntures 2ª emissão	(271.709)	IPCA	5,79	(15.732)	7,24	(19.672)	8,69	(23.612)	4,34	(11.792)	2,89	(7.852)
Debêntures 3ª e 4ª emissão	(66.998)	CDI	12,39	(8.301)	15,49	(10.378)	18,59	(12.455)	9,29	(6.226)	6,19	(4.149)
Total	(486.618)			(42.205)		(52.768)		(63.332)		(31.643)		(21.079)
Total dos ativos e passivos financeiros líquidos	(394.937)			(30.461)		(38.090)		(45.711)		(22.832)		(15.211)
Impacto no resultado e no patrimônio líquido						(7.629)		(15.250)		7.629		15.250

v) *Risco de preço*

A estrutura tarifária cobrada dos consumidores é regulada pelo poder concedente, que permite manter o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos. Determinadas situações permitem a Companhia requerer o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão que naturalmente deverá ser aprovado pelo órgão regulador e poder concedente.

14. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos ativos, passivos e resultado foram atribuídos da seguinte forma:

Imposto de renda e contribuição social	Ativo		Passivo		Resultado	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa da contribuição social (a)	40.269	33.154	-	-	7.115	9.649
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	3.645	2.904	-	-	741	(629)
Arrendamentos	1	19	-	-	(18)	17
Provisão para perdas com causas judiciais	251	196	-	-	55	(75)
Outras provisões	141	130	-	-	11	1
Custo de transação de empréstimos	-	-	238	271	33	35
Intangível líquido - contratos de concessão	-	-	810	818	8	7
Direitos a faturar	-	-	1.236	1.194	(42)	(110)
Juros capitalizados	-	-	11.062	11.062	-	(11.062)
Ágio sobre aquisições	-	-	8.407	8.778	371	370
	44.307	36.403	21.753	22.123	8.274	(1.797)
Compensação (*)	(21.753)	(22.123)	(21.753)	(22.123)	-	-
Total líquido	22.554	14.280	-	-	8.274	(1.797)

(*) Saldos de ativos e passivos fiscais diferidos compensados, sendo a natureza da compensação ativa, pois estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

(a) Com base na estimativa dos planos de negócios, a Companhia reconheceu o ativo fiscal diferido sobre prejuízos acumulados. A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição. As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

Conciliação da alíquota nominal com a taxa efetiva

Reconciliação da taxa efetiva	2022	2021
Resultado do exercício antes dos impostos	(24.675)	4.878
Alíquota nominal	34%	34%
Despesa com imposto a alíquota nominal	8.390	(1.659)
Ajuste do imposto de renda e contribuição social		
Despesas não dedutíveis	(117)	(138)
Outras	(3)	-
Imposto corrente	(4)	-
Imposto diferido	8.274	(1.797)
Alíquota efetiva	(34%)	(37%)

Cronograma de realização

As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente. A Companhia objetivando a geração de lucro tributário realiza ações através da efetiva redução de custos operacionais e administrativos, os aumentos tarifários contratuais e o aumento das receitas através de planos de investimentos para atendimento aos contratos de concessão.

Os impostos diferidos ativos foram constituídos, substancialmente, com base em prejuízos fiscais de imposto de renda e base de cálculo negativa da contribuição social. A estimativa das parcelas de realização do ativo fiscal diferido deve seguir o seguinte cronograma:

Realização do imposto de renda diferido do ativo	2022	2021
2023	(786)	(786)
2024	(3.932)	(3.932)
2025	(5.382)	(5.382)
2026	(5.910)	(5.910)
2027	(5.670)	(5.670)
2028	(22.627)	(14.723)
Total	(44.307)	(36.403)

15. Receita operacional líquida

	2022	2021
Água	59.694	51.813
Esgoto	31.477	27.243
Construção	47.045	57.882
Serviços	1.732	2.038
Abatimentos e cancelamentos	(2.955)	(2.938)
Impostos sobre serviços	(8.392)	(7.437)
Total	128.601	128.601

16. Custos e despesas

Natureza dos custos e despesas	2022	2021
Custo de construção	(47.045)	(57.882)
Depreciação e amortização	(13.340)	(12.172)
Serviços de terceiros	(12.223)	(9.032)
Pessoal	(16.385)	(16.254)
Outorga e taxas de fiscalização	(3.474)	(3.062)
Energia elétrica	(4.050)	(4.129)
Materiais	(4.136)	(2.868)
Reversão (provisão) das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(2.084)	2.088
Outros custos e despesas	(2.274)	(1.395)
Total	(105.011)	(104.706)
Custo dos serviços prestados	(84.226)	(87.340)
Despesas comerciais, administrativas e gerais	(20.785)	(17.366)

17. Receitas financeiras e despesas financeiras

	2022	2021
Receitas financeiras		
Juros sobre contas a receber de clientes	2.076	1.635
Juros de aplicações financeiras	11.056	4.127
Juros sobre atualização de impostos a recuperar	63	39
Descontos obtidos	-	35
Outras receitas financeiras	81	69
Total	13.276	5.905
Despesas financeiras		
Juros de empréstimos e financiamentos e debêntures	(34.203)	(13.793)
Despesas de operações com partes relacionadas	(23.549)	(9.822)
Juros sobre atualização de impostos a recolher	-	(87)
Comissões e despesas bancárias	(754)	(601)
Outras despesas financeiras	(3.044)	(838)
Total	(61.550)	(25.141)
Despesas financeiras líquidas	(48.274)	(19.236)

18. Partes relacionadas

a) Controladora

A parte controladora direta e final da Companhia é a Iguá Saneamento S.A.

b) Remuneração de pessoal-chave da Administração

Os diretores são as pessoas chaves que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia. Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (ordenados, salários, participação nos lucros, assistência médica, entre outros), contabilizados na rubrica “Custos dos serviços prestados e Despesas administrativas e gerais”.

Remuneração de pessoal-chave da Administração compreende:

	2022	2021
Remuneração da diretoria	491	749
Participação nos lucros e resultados	517	425
Encargos Sociais	188	235
Benefícios diretos e indiretos	83	40
Total	1.279	1.449

c) Outras transações com partes relacionadas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, relativas as operações com partes relacionadas decorrem principalmente de transações com acionistas e Companhias ligadas do mesmo grupo econômico.

		Ativo	Passivo		Resultado	
		2022	2022	2021	2022	2021
Em contas a receber e outros recebíveis, fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e debêntures		(Nota 5)	(Nota 7, 8 e 9)	(Nota 7, 8 e 9)		
Centro de soluções compartilhadas - CSC	(a)	-	-	-	(2.755)	(3.769)
Repasse de recursos e custos - CSC	(b)	1	424	424	(11)	(22)
Locação de Equipamentos	(c)	-	83	-	(83)	-
Mútuo	(d)	-	144.931	128.239	(16.692)	(9.680)
BNDES - Banco de Desenvolvimento Econômico e Social	(e)	-	2.980	5.024	(320)	(389)
Debêntures	(f)	-	66.998	40.141	(6.857)	(142)
Circulante		1	48.465	2.076	-	-
Não circulante		-	166.951	171.752	-	-
Total		1	215.416	173.828	(26.718)	(14.002)

a) Refere-se a repasses de gasto com estrutura administrativa compartilhada para prestação de serviço administrativo (contábil, financeiro e fiscal) e operacionais, cujo critério de rateio varia de acordo com a natureza do serviço.

b) Refere-se a repasses de compartilhamento de recursos e rateio de custos e despesas comuns, cujo critério de rateio varia de acordo com natureza do serviço.

c) Refere-se a locação de hidrômetros inteligentes da Companhia do grupo Fluxx.IA Medição Inteligente S.A.

d) Refere-se a contratos de mútuos entre a Companhia e sua controladora, com incidência de juros fixos de 8% ao ano.

e) Refere-se ao contrato de financiamento firmado junto ao BNDES, contendo maiores detalhes na nota explicativa nº 8.

f) Refere-se a debêntures privadas, não conversíveis em ações, emitidas em 22 de dezembro de 2021 no montante de R\$ 40.000 com vencimento em 22 de dezembro de 2023 e remuneração fixa de 4% a.a. + 100% da variação acumulada das taxas diárias dos DI e debêntures emitidas em 21 de dezembro de 2022 no montante de R\$ 20.000 com vencimento em 22 de dezembro de 2024 e remuneração fixa de 4% a.a. + 100% da variação acumulada das taxas diárias dos DI.

19. Seguros

A Companhia tem cobertura de seguros contra riscos operacionais em montante suficiente para cobertura de eventuais sinistros em suas operações. A Administração revisa anualmente os limites de cobertura e promove adequações de acordo com as capacidades operacionais da Companhia.

20. Compromissos

a) Decorrente do direito de outorga variável

Refere-se ao preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, que corresponde a um percentual da arrecadação efetivamente obtida mensalmente corresponde a 5% da receita líquida.

Em 31 de dezembro de 2022 foi pago ao Poder Concedente, o montante de R\$434 (R\$383 em 31 de dezembro de 2021) referente ao direito de outorga variável registrados na rubrica de custos dos serviços prestados.

b) Ativo imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão

A prática contábil adotada pela Companhia é a de não registrar o imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão, entretanto, a Companhia possui o compromisso de manter controle auxiliar com a segregação dos valores dos imobilizados transferidos e do valor relativo à delegação dos serviços públicos (custo, depreciação e amortização acumulada).

Composição da Diretoria e do Conselho de Administração

Diretoria

Mayckel Seiffert da Costa Pereira
Wagner Antonio de Souza Junior

Contador

Fabício dos Santos Teixeira
CRC/SP nº 1SP347408/O-9